

## **NEUTRALIDADE NÃO É UMA OPÇÃO: em defesa da radicalização democrática e do projeto ético-político do Serviço Social**

Nós, assistentes sociais reunidos no 53º Encontro Descentralizado de Serviço Social do Conjunto CFESS- CRESS da região sudeste, realizado entre os dias 31 de julho e 02 de agosto de 2026, vimos por meio desta carta reafirmar nosso compromisso político com a liberdade e a radicalidade democrática. Escrevemos esta carta como posição frente ao momento político vivenciado internacionalmente e suas particularidades e rebatimentos na realidade brasileira.

A partir dos debates que permearam todo o encontro, ressaltamos a defesa da radicalização da democracia enquanto um dos pilares do projeto ético político profissional do Serviço Social brasileiro, pautado na defesa intransigente dos direitos humanos, no reconhecimento da liberdade enquanto valor ético central e na defesa e aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida.

A concepção defendida no Código de Ética Profissional fundamenta-se na necessidade da superação da democracia burguesa e na defesa de uma outra ordem societária, orientada pela emancipação humana.

Na contemporaneidade, o projeto neoliberal tem se aliado ao neofascismo, assentado na superexploração e na precarização das condições de existência, intensificando as contradições da relação entre capital e trabalho, a acumulação do capital e aprofundando as desigualdades sociais.

Nesta conjuntura, vivenciamos os rebatimentos do imperialismo estadunidense, da ascensão de lideranças da extrema direita no cenário global que buscam interferir na soberania dos países, especialmente em países de capitalismo dependente, como o Brasil e demais países latino americanos.

Isto quer dizer que os processos vivenciados nas disputas políticas brasileiras não estão descolados da análise política global, da crise do capital e da reorganização da burguesia frente a luta de classes.

Para o Serviço Social neste cenário se faz imprescindível reafirmar a defesa do projeto profissional aliada aos interesses da classe trabalhadora e eticamente posicionada, a partir de uma leitura crítica da realidade, onde a neutralidade não é uma opção!

É uma tarefa histórica e urgente enfrentar o avanço do neofacismo e do conservadorismo no interior da categoria profissional e na conjuntura sociopolítica brasileira, cujas expressões restringem direitos, aprofundam as desigualdades sociais e fragilizam os princípios democráticos e emancipatórios que orientam o exercício profissional.

O conservadorismo na formação social brasileira expressa as determinações históricas de uma sociabilidade marcada pela herança colonial, pelo patriarcado, pelo racismo e pela subordinação estrutural da classe trabalhadora. Essa configuração se materializa na centralização do poder político, na naturalização das desigualdades e na força de valores morais e religiosos que contribuem para a reprodução da ordem social vigente, conformando um terreno adverso à universalização de direitos e à emancipação humana.

Esse conservadorismo se materializa por meio do racismo, da xenofobia, da misoginia, do capacitismo, da LGBTQIAPN+fobia e do fundamentalismo religioso, alimentando discursos de ódio, criminalizando a diversidade e legitimando ataques a grupos historicamente subalternizados.

Ao mesmo tempo, promove ofensivas contra a laicidade do Estado, a produção do conhecimento científico, as políticas públicas e os mecanismos de participação e controle social.

Trata-se de um movimento que articula diferentes formas de opressão para preservar privilégios e aprofundar a concentração de poder e riqueza, convertendo a intolerância em prática política, a desigualdade em princípio organizador da sociedade e a violência em instrumento legítimo e gestão dos corpos, dos territórios e das diversidades.

Na contemporaneidade a organização política dos territórios periféricos brasileiros tem sido alvo de intervenções violentas, que ferem direitos humanos fundamentais. Nesses espaços vimos a materialização do conservadorismo, na ação do Estado pela militarização da vida social, que estão historicamente na mira das violências estão a população negra e periférica. As políticas proibicionistas de drogas criminaliza uma parcela da população, e intersecciona gênero, raça, classe e território, onde os jovens negros e residentes das periferias são as maiores vítimas de ações violentas, como ocorreu em 28 de outubro de 2025 no Complexo do Alemão. Tais ações são legitimadas pela “política de drogas” em curso no país, reforçado pelo debate da suposta guerra às drogas, que tem como pano de fundo a

violência policial e o extermínio da juventude negra e periférica. Fica evidente que este projeto de militarização da vida social, não se limita às periferias e à juventude e se ancora no colonialismo e no racismo como mecanismo de controle ideológico, que justifica tamanha arbitrariedade na condução desses processos e na recusa de valorização e cuidado nos territórios.

Nota-se que nos centros urbanos as políticas higienistas são operadas pela força policial que intimida, violenta e viola os direitos da população em situação de rua que inviabiliza o acesso pleno a cidade, com ações de despejos e revitalização de regiões de interesse do capital, atendendo a especulação imobiliária, novamente sob a alegação da suposta guerra às drogas, como o caso da Cracolândia na cidade de São Paulo.

Nesse aspecto, considerando também a vida nos territórios rurais, a violência do Estado é uma barreira para o acesso e permanência na terra e para o desenvolvimento da agricultura familiar. Sendo o agronegócio o foco de investimento do Estado em detrimento da reforma agrária e redistribuição e demarcação de terras dos povos originários, quilombolas e comunidades tradicionais. Os governos têm atendido aos interesses dos grandes latifundiários que por sua vez invadem territórios indígenas, assassinam lideranças comunitárias, e implantam a monocultura da soja e do gado no campo que deveria ser território vivo de biodiversidade e cultura.

Outra demonstração do avanço do projeto neoliberal é a terceirização das políticas sociais que se intensificou nos últimos períodos, desresponsabilizando o Estado na execução direta de políticas públicas que são essenciais para a manutenção da vida da classe trabalhadora. Sendo também uma de suas expressões a precarização, os baixos salários e péssimas condições de trabalho.

A laicidade prevista na Constituição Federal de 1988 é uma das dimensões fundamentais para a garantia de direitos sociais, no entanto o que observamos é o investimento de recursos públicos na parceria com Organizações da Sociedade Civil – OSCs, inclusive por meio das emendas parlamentares, refletindo diretamente na implantação e manutenção de políticas essenciais como: saúde, habitação, assistência social e educação.

Ainda pensando no aprofundamento das expressões do conservadorismo, projetos políticos vigentes defendem o financiamento de comunidades terapêuticas de cunho religioso fundamentalista que não dialogam com o Sistema Único de Saúde – SUS que defendemos. O que presenciamos nesses locais é a materialização da violação de direitos humanos e não cuidado em saúde mental. Neste sentido, defendemos a extinção das Comunidades terapêuticas que não representam a nossa defesa por uma política pública em saúde e antimanicomial.

Isto posto, na defesa da radicalidade democrática e no combate às ofensivas conservadoras e à precarização da vida, ecoam as palavras de Carolina Maria de Jesus: *“Quem inventou a fome são os que comem”*. Ela nos convoca a reconhecer que a desigualdade não é fruto do acaso, mas de escolhas históricas e políticas.

Nossa categoria tem o compromisso com a defesa intransigente dos direitos humanos e da dignidade da vida, não nos cabe a neutralidade diante das estruturas que produzem e reproduzem a fome, a pobreza, as violências e a negação de direitos. Nosso compromisso ético-político exige posicionamento ao lado daquelas e daqueles cuja humanidade é diariamente ameaçada. Afinal, permanecer neutro diante da injustiça é, muitas vezes, contribuir para sua permanência.

Assim, convocamos as assistentes sociais a fortalecer a luta junto aos movimentos populares, ocupar e integrar os conselhos de direitos, ampliar a participação política e fortalecer a organização coletiva, reconhecendo que nenhuma transformação se faz de forma isolada. Isso implica fortalecer a luta dos povos indígenas, das comunidades quilombolas, dos povos de terreiro, dos povos ciganos e de outros povos e comunidades tradicionais que defendem a vida, os territórios, a justiça social, a soberania alimentar e a agricultura familiar, preservando as florestas, protegendo a biodiversidade e o clima no planeta, demonstrando, cotidianamente, que outras formas de viver, produzir e cuidar da humanidade e da natureza são possíveis e já existem.

Nossa profissão se fortalece quando reconhece que a defesa de direitos é construída na participação popular, na solidariedade de classe e nos vínculos que cultivamos entre quem compartilha o compromisso ético com a justiça social. A luta coletiva também é espaço de cuidado, escuta, afeto e esperança; é nela que

encontramos força para resistir, reinventar caminhos e sustentar um projeto de sociedade mais justo, democrático e emancipador.

Que a nossa prática profissional seja sustentada pela coragem de caminhar lado a lado, fortalecer nossos pares e construir alianças capazes de transformar a indignação em ação coletiva. Como nos ensina Conceição Evaristo, “eles combinaram de nos matar, mas a gente combinamos de não morrer”. Que essa força coletiva siga nos movendo na defesa intransigente dos direitos, na radicalização da democracia, da dignidade humana e da justiça social.

Caminhemos juntas, juntos e juntas, porque a transformação nasce da organização coletiva e da esperança em movimento.

Quem luta por dignidade, não escolhe neutralidade!